

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.405 - MG (2019/0164819-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ADERSON DE SOUZA**
ADVOGADO : **ARY ABDO SAMIA NETO - MG163096**
RECORRIDO : **COOP.DE ECON.E CRED.MUTUO DOS COM.DE MAT.DE**
CONS.LVS.LT
ADVOGADOS : **ROBERT AMARANTE - MG134860**
MILLER OLIVEIRA RESENDE - MG141834
INTERES. : **MARLENE DELFINO**
INTERES. : **ANTONIO PIRES NETO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE SALÁRIO. POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DE VERBA REMUNERATÓRIA. EXCEPCIONALIDADE.

1. A regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

2. Na hipótese, como antes assinalado, trata-se de execução de dívida não alimentar proposta por pessoa jurídica, almejando o recebimento de R\$ 19.193,63, em 28/06/2004 (fls. 13 e 16 e-STJ), que já alcança montante de R\$387.361,14 (fl. 242 e-STJ), tendo o Tribunal de origem, ao manter a interlocutória de piso, autorizado a constrição de montante em conta-salário e bloqueios mensais de 30% do salário. É certo, ainda, que o salário líquido do recorrente não ultrapassa quatro salários mínimos. Evidente, assim, que os referidos bloqueios comprometerão a subsistência do recorrente e de sua família, dificultando o acesso a itens de primeira necessidade e violando o

mínimo existencial e a dignidade humana do devedor.

3. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ADERSON DE SOUZA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PENHORA DOS RENDIMENTOS DO EXECUTADO - LIMITE DE ATÉ 30% DA REMUNERAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO - AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA SUBSISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

- A impenhorabilidade descrita no artigo 833, IV, do Novo Código de Processo Civil, deve ser interpretada em conformidade com os demais princípios referentes à execução, como a satisfação do crédito do exequente e a menor onerosidade para o devedor.

- Percebendo-se que não há outros bens ou valores a serem penhorados, bem como se constatando que não haverá comprometimento para a subsistência do credor e de sua família, deve ser permitida a penhora de até 30% de seu salário.

-V.v. Conforme jurisprudência emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, salvo na hipótese de dívida alimentar, a penhora de proventos de natureza salarial só deve ser admitida em hipóteses excepcionais, em que não haja risco de comprometimento da subsistência do devedor.

Esse entendimento jurisprudencial veio a ser consagrado no novo Código de Processo Civil, tendo constado, expressamente, do § 2º do seu art. 833, em que consiste a hipótese excepcional a autorizar a penhora de percentual de proventos de natureza salarial ("importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais"). (Desa. Mônica Libânio)

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 833, IV, do Código de Processo Civil.

Sustenta que deve ser observada a regra de impenhorabilidade de verbas salariais, para que não persista o bloqueio realizado em conta salarial e autorização de descontos mensais nos rendimentos do Recorrente para fins de pagamento do valor executado. Defende dever serem observadas as duas exceções a tal regra: pagamento de débito alimentar ou valores superiores a 50 (cinquenta) salários mínimos.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 308-314.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 316-318).

É o relatório.

DECIDO.

2. Esta Corte tem entendimento no sentido de que a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO.

PENHORA SOBRE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. VERBA REMUNERATÓRIA. IMPENHORABILIDADE, REGRA. EXCEÇÕES DISPOSTAS NO ART.

833, § 2º, DO CPC/15. PAGAMENTO DE VERBA NÃO ALIMENTAR. GANHOS DO EXECUTADO SUPERIORES A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvadas eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

2. As exceções à regra da impenhorabilidade não podem ser interpretadas de forma tão ampla a ponto de afastarem qualquer diferença entre as verbas de natureza alimentar e aquelas que não possuem tal caráter. 3. As dívidas comuns não podem gozar do mesmo status diferenciado da dívida alimentar a permitir a penhora indiscriminada das verbas remuneratórias, sob pena de se afastarem os

ditames e a própria ratio legis do Código de Processo Civil (art. 833, IV, c/c o § 2º), sem que tenha havido a revogação do dispositivo de lei ou a declaração de sua inconstitucionalidade.

4. Na hipótese, trata-se de execução de dívida não alimentar proposta por pessoa jurídica que almeja o recebimento de crédito referente à compra de mercadorias recebidas e não pagas pelo devedor, tendo o magistrado autorizado a penhora de 30% do benefício previdenciário (auxílio-doença) recebido pelo executado. Assim, pelas circunstâncias narradas, notadamente por se tratar de pessoa sabidamente doente, a constrição de qualquer percentual dos rendimentos do executado acabará comprometendo a sua subsistência e de sua família, violando o mínimo existencial e a dignidade humana do devedor.

5. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial.

(AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS. FIADOR. PENHORA DE SALÁRIO. PREJUÍZO À MANUTENÇÃO DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 283 DO STF.

1. Como regra, salários e vencimentos só podem sofrer penhora para pagamento de prestação alimentícia (CPC/73, art. 649, IV, § 2º) e, além dessa hipótese, em valores que excedam 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (NCPC, art. 833, IV, § 2º).

2. É inviável o recurso especial quando o acórdão recorrido tem fundamento suficiente para mantê-lo e o recurso não contém impugnação específica. Incide a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal (STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1701828/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 20/11/2018)

3. O Tribunal de origem assentou que:

Cinge a controvérsia em aferir acerto à decisão proferida em primeira instância, a qual manteve a penhora do valor constricto na conta-corrente do executado e determinou ao respectivo banco que retenha trinta por cento dos vencimentos do executado, até o pagamento da dívida.

Cumpra esclarecer que, conforme estabelecido pelo artigo 789 do Novo Código de Processo Civil, em regra, todo patrimônio do devedor é penhorável, sendo, portanto, sujeito à satisfação de suas obrigações.

Entretanto, a lei delimita situações nas quais os bens ficam resguardados da execução forçada, enumerando tais hipóteses no artigo 833 do NCPC. Dentre os bens impenhoráveis, por força deste dispositivo, encontram-se:

(...)

A despeito de tal norma, este Tribunal vem relativizando a aplicação do supracitado artigo, entendendo pela possibilidade de se penhorar o salário do executado até o percentual de 30% (trinta por cento), desde que não haja outros meios para a satisfação do crédito.

Isso porque, não se pode olvidar que a finalidade do processo de execução é a satisfação do credor, observando-se o menor sacrifício para o executado.

Dessa forma, tendo em vista, ainda, a efetividade da tutela jurisdicional, o artigo 833, IV, do NCPC, deve ser interpretado de maneira que confira utilidade à execução, permitindo-se a penhora do salário do devedor, sem que haja comprometimento de sua subsistência e de sua família.

Por essa razão, idêntico entendimento tem adotado este eg. Tribunal de Justiça, in verbis:

(...)

Ainda sobre o tema, é mister colacionar trecho do voto da Ministra Nancy Andrigli, no Mandado de Segurança nº. 25.397/DF, que trata sobre a possibilidade de penhora da verba salarial para quitação de débitos contraídos pelo executado, in verbis:

O acolhimento da tese do recorrente viabilizaria, no extremo, a esdrúxula situação de que qualquer trabalhador contraia empréstimos para cobrir seus gastos mensais, indo inclusive além do suprimento de necessidades básicas, de modo a economizar integralmente seu salário, o qual não poderia jamais ser penhorado. Considerando que, de regra, cada um paga suas dívidas justamente com o fruto do próprio trabalho, no extremo estar-se-ia autorizando a maioria das pessoas a simplesmente não quitar suas obrigações. (...) Evidentemente, não é este o espírito norteador do art.

649, IV, do CPC, que estabelece a impenhorabilidade de vencimentos somente para garantir ao trabalhador meios de subsistência.

Entendo que a penhora efetivada na conta-salário do executado / agravante não afetará a sua subsistência, uma vez que o valor total bloqueado é R\$ 1.228,58 (mil duzentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a vinte sete e meio por cento de seus vencimentos mensais, cediço que o bloqueio está resguardando a dignidade do agravado, bem como respeitando o princípio da menor onerosidade para o devedor.

Quanto à determinação de bloqueios mensais, entendo que ao limitar as constrições em trinta por cento da verba alimentar do agravante, tendo em vista que o valor total a ser bloqueado é de R\$387.361,14 (trezentos e oitenta e sete mil trezentos e sessenta e um reais e quatorze centavos), o MM Juiz resguardou os princípios da dignidade do devedor e da eficácia do processo executivo, não havendo que se falar em reforma do r. decism. (fls. 239-242 e-STJ)

Vale transcrever, também, trechos do voto divergente:

Filio-me à jurisprudência emanada do colendo Superior Tribunal de

Justiça, no sentido de que, salvo na hipótese de dívida de alimentar, a penhora de proventos de natureza salarial só deve ser admitida em hipóteses excepcionais, em que não haja risco de comprometimento da subsistência do devedor.

A propósito:

(...)

O novo Código de Processo Civil veio a consagrar esse entendimento jurisprudencial, tendo constado, expressamente, do § 2º do seu art. 833, em que consiste a hipótese excepcional na qual pode ser admitida a penhora de percentual de proventos de natureza salarial. Confira-se:

(...)

Não se ignora a existência de discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a necessidade de flexibilização do limite imposto por força da norma insculpida no referido dispositivo legal (supratranscrito). É certo, contudo, a meu ver, que o caso em tela não se enquadra nessa hipótese, haja vista auferir o Agravado rendimentos mensais da ordem de R\$ 6.178,81 (brutos) e R\$ 2.937,99 (líquidos) - conforme comprovante mais atualizado constante dos autos (fl. 108).

Quanto à importância de R\$1.228,58 (mil duzentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), bloqueada na conta bancária de titularidade do Agravante, sua origem salarial é fato incontroverso nos autos, na medida em que tal afirmação não foi impugnada pela Agravada. Com efeito, a meu ver, deve ser determinada sua imediata liberação. (fls. 245-246 e-STJ)

O voto vencedor concluiu que seria possível a penhora de efetivada na conta-salário do executado / agravante, bem como descontos mensais do salário em 30%, pois não afetaria a sua subsistência do executado.

Já o voto divergente anotou que a flexibilização da regra de impenhorabilidade de salário não seria aplicável ao caso, tendo em vista os valores dos rendimentos do executado.

4. Entendo dever prevalecer o entendimento divergente do tribunal de origem.

Na hipótese, como antes assinalado, trata-se de execução de **dívida não alimentar** proposta por pessoa jurídica, almejando o recebimento de R\$ 19.193,63, em 28/06/2004 (fls. 13 e 16 e-STJ), que já alcança montante de R\$387.361,14 (fl. 242 e-STJ), tendo o Tribunal de origem, ao manter a interlocutória de piso, autorizado a constrição de montante em conta-salário e bloqueios mensais de 30% do salário. É certo, ainda, que o salário líquido do recorrente não ultrapassa quatro salário mínimos.

Evidente, assim, que os referidos bloqueios comprometerão a subsistência do recorrente e de sua família, dificultando o acesso a itens de primeira necessidade e violando o mínimo existencial e a dignidade humana do devedor.

5. Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para reconhecer a impenhorabilidade absoluta da remuneração do ora recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator